



UNILAB

Universidade da
Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

TAIANE DE OLIVEIRA SILVA

**O “CASO MICROVLAR” E SEUS IMPACTOS NO ÂMBITO FAMILIAR: UM
ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DAS MULHERES USUÁRIAS**

São Francisco do Conde

2018

TAIANE DE OLIVEIRA SILVA

**O “CASO MICROVLAR” E SEUS IMPACTOS NO ÂMBITO FAMILIAR: UM
ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DAS MULHERES USUÁRIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso – Modalidade Projeto de Pesquisa – a ser apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Lia Dias Laranjeiras.

São Francisco do Conde

2018

TAIANE DE OLIVEIRA SILVA

**O “CASO MICROVLAR” E SEUS IMPACTOS NO ÂMBITO FAMILIAR: UM
ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DAS MULHERES USUÁRIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso – Modalidade Projeto de Pesquisa – a ser apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Data de aprovação: 05/11/2018.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Lia Dias Laranjeira (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

Prof. Dr. Deolindo Nunes de Barros (Banca Examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

Prof. Dra Layla Pedreira Carvalho (Banca Examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA	7
3	JUSTIFICATIVA	8
4	OBJETIVOS	10
4.1	OBJETIVO GERAL	10
4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
5	REFERENCIAL TEÓRICO	11
5.1	FALSIFICAÇÃO DE MEDICAMENTOS	11
5.2	O CONTROLE DE QUALIDADE DE MEDICAMENTOS	12
5.3	ANTICONCEPÇÃO COMO FORMA DE AUTONOMIA REPRODUTIVA	13
6	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	14
7	CRONOGRAMA	17
	REFERÊNCIAS	18

1.INTRODUÇÃO

Os medicamentos sempre tiveram um lugar de destaque no percurso da humanidade. No período Paleolítico, as plantas e substâncias de origem animal eram os principais meios utilizados na cura de doenças. Já no século X, com o início das atividades associadas à farmácia, plantas e substâncias de origem animal foram então utilizadas para dar origem aos óleos e enzimas que foram considerados os primeiros remédios da humanidade (SOCIEDADE BRASILEIRA DE FARMÁCIA COMUNITÁRIA, 2018).

Em 1928, a invenção da penicilina ditou um marco na produção de medicamentos. No período da Segunda Guerra Mundial, o tratamento à base dessa substância ajudou no salvamento milhares de soldados e civis (CASTRO, 2011). Ainda em meados do século XX, com a finalidade de conter as epidemias que assolavam a sociedade norte-americana, desenvolveu-se um mecanismo capaz de encontrar e isolar substâncias potencialmente benéficas. A partir deste processo foi descoberta estreptomicina. Assim, com o aumento da demanda de produção de medicamentos e carências de substâncias capazes de combater novas doenças, observou-se a necessidade da criação de uma indústria especializada em desenvolvimento, pesquisa, comercialização e/ou distribuição de medicamentos (GODOY, 2002).

Entretanto, com a consolidação da indústria farmacêutica, os medicamentos incorporaram-se a sociedade como um novo símbolo. Substâncias que até então eram utilizadas apenas para tratar enfermidades passaram a ter um valor maior em meio a uma produção em larga escala. Segundo afirma Castro (2001), é preciso entender a importância do papel da indústria farmacêutica na propagação do acesso aos medicamentos, pois mesmo com os avanços dos estudos químicos não existiam meios de produção suficientes para que todos pudessem ter acesso aos medicamentos existentes, para além disso, os benefícios obtidos em decorrência do deslanchar desta indústria, aliados a outros elementos como avanços da medicina, educação e saneamento básico aumentaram demasiadamente a expectativa de vida população.

Contudo, na década de 60 manifestaram-se as primeiras complicações envolvendo o uso de medicamentos. Como relata Godoy no trecho a seguir:

Embora as descobertas das indústrias farmacêuticas tenham contribuído bastante no tratamento da saúde das pessoas, na década de 60, surgiram alguns casos de malformação congênita devido ao uso de talidomida por mulheres grávidas, o fato fez com que fossem adotadas medidas mais rigorosas no controle sobre a qualidade e eficácia dos medicamentos (GODOY, 2002).

Como se pode perceber, o acontecimento trouxe à tona o problema mais recorrente associado a indústria farmacêutica mundial, a dificuldade de assegurar a eficácia, regulamentação e segurança dos medicamentos. Por isso, e estes serem destinados aos cuidados e manutenção da boa saúde de pessoas, foram criadas um conjunto de medidas a fim de comprovar a qualidade dos medicamentos que são disponibilizados para consumo e evitar possíveis danos aos consumidores. Neste sentido, em 1962 o governo dos Estados Unidos determinou que a FDA (Federal Drug Administration) fosse o órgão responsável, naquele país, por controlar a produção de produtos farmacêuticos. Seguindo o exemplo americano, outros governos também criaram suas agências reguladoras de medicamentos (GODOY 2002).

No Brasil, a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), criada em 1999, representou uma mudança importante nesse setor industrial. Segundo Neto e Nogueira (2009), a introdução da ANVISA no setor da indústria farmacêutica brasileira proporcionou uma nova dimensão aos produtos comercializados, com as novas legislações desenvolvidas pela mesma e que proporcionaram mudanças significativas na forma com que os produtos são produzidos e introduzidos no mercado, visto que no período antecessor a implantação do órgão o Brasil se deparava com numerosos casos de falsificação de medicamentos.

No entanto, é com base nessas medidas que se espera discutir o problema que esta proposta de pesquisa apresenta. O presente projeto surge com a pretensão de discutir a legislação voltada ao controle da eficácia dos medicamentos e da garantia dos direitos do consumidor e os impactos no âmbito social causados pela falsificação da pílula Microvilar.

2 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA

O primeiro caso registrado de falsificação de medicamentos no Brasil aconteceu em 1877. E em 1991, foi constatada a falsificação de 9 marcas do antibiótico Tetraciclina. Todavia, foi no fim da década de 90 que houve o maior índice de falsificação de medicamentos no Brasil (NETO e NOGUEIRO, 2009). Um dos casos que ganhou mais destaque, tanto no âmbito popular quanto no midiático, ficou conhecido como O “Caso Microvlar” ou simplesmente o caso das “Pílulas de Farinha”.

No início do ano 1998 foram produzidas pela Farmacêutica Schering Brasil Química (hoje incorporado a Bayer HealthCare), dezenas de cartelas adulteradas da pílula anticoncepcional Microvlar (ESTADÃO, 2015). Os comprimidos foram parar nas farmácias brasileiras sem conter nenhum tipo de princípio ativo. Após várias consumidoras do medicamento realizarem denúncias afirmando ter feito o uso do anticoncepcional e mesmo assim apresentaram sinais evidentes de gravidez, o caso foi parar na mídia (GLOBO, 2007).

Somente após o caso tomar proporções midiáticas estrondosas, com a publicação de diversas matérias na imprensa, a empresa resolveu se pronunciar. Segundo os advogados da empresa farmacêutica, no momento de descarte de diversas caixas da pílula anticoncepcional, após testar uma nova máquina de embalagens, caixas do medicamento teriam sido furtados. A farmacêutica negou também ter qualquer envolvimento com a comercialização dos produtos que chegaram às farmácias (GLOBO, 2007).

Não se sabe ao certo quantas cartelas do medicamento foram parar nas farmácias brasileiras. Segundo declarações da farmacêutica, na noite em que ocorreu o furto teriam sido produzidas aproximadamente 60 mil cartelas do medicamento. A demora da retirada dos medicamentos da rede farmacêutica foi outro fator que ajudou a agravar o ocorrido. O placebo demorou cerca de dois à três meses para ser retirado das farmácias (MESSA, CABALLERO e SCARDUELLI, 2003).

Diversos relatos envolvendo mulheres que dizem não ter condições financeiras e nem psicológicas para gerar e criar uma criança foram relacionados ao “Caso Microvlar”. Mulheres de diversas idades, que não estavam planejando ter filhos,

outras que usavam o medicamento como forma de tratamento de problemas hormonais (doenças como: endometriose; hipotireoidismo; tratamento pré-menopausa e pós-menopausa), ou até mesmo aquelas que enxergavam o medicamento como uma forma de libertação sexual (pois a mesma teria o controle das suas funções reprodutivas). Em vez disso, o medicamento acabou por gerar um trauma que elas nunca esquecerão (REVISTA VEJA, 1998). Com isso, foram movidos diversos processos contra a Farmacêutica Schering Brasil Química. Segundo matéria publicada na Folha de São Paulo (2007), a empresa foi condenada pelo Superior Tribunal de Justiça a pagar 1 milhão de reais as mulheres que engravidaram no período em que consumiam a pílula anticoncepcional Microvlar adulterada. Mesmo após a condenação, a farmacêutica recorreu e conseguiu reverter a situação, conforme os processos judiciais movidos contra a empresa.

Em decorrência deste e dos demais escândalos envolvendo a falsificação de medicamentos na década de 90, foram adotadas medidas pelo governo como mudanças no Código Penal, passando a enquadrar a falsificação de medicamentos como crime hediondo (AUGUSTO; GUIMARÃES, 2013).

Assim, o problema dessa pesquisa pode ser resumido em torno de alguns questionamentos, tais como: Até que ponto se mostravam eficazes os órgãos do governo responsáveis pelo controle da produção de produtos farmacêuticos? Será que as vítimas desta ocorrência foram devidamente amparadas pela justiça? Se não, por quais razões? Quais os discursos dos advogados da empresa? E por fim, quais os impactos no âmbito familiar provocados pelo caso Microvlar?

3 JUSTIFICATIVA

O interesse pelo tema desta proposta de pesquisa surgiu após uma conversa casual com um professor da Unilab – Campus dos Malês sobre o "caso Microvlar" que afetou minha família no ano de 1998. Desde criança, quando vivia no bairro do Cabula, em Salvador, ouvia indiretamente o relato da minha mãe de que ela engravidou de mim e minha irmã gêmea em decorrência do uso da pílula de farinha. Quando comecei a pensar no tema do meu TCC, iniciei a pesquisa sobre a pílula que minha mãe consumia quando engravidou e me dei conta de que este episódio

familiar integrava um escândalo envolvendo a empresa farmacêutica Schering Brasil Química. Os diversos processos judiciais relacionados ao caso, somado ao meu interesse por questões da área de saúde, motivaram a elaboração deste projeto de pesquisa.

A partir da leitura de trabalhos científicos e artigos de jornais e revistas, que abordavam a questão da falsificação de medicamentos, encontrei poucas referências sobre o "caso Microvlar" e, conseqüentemente, sobre os impactos provocados na vida das mulheres consumidoras da pílula e seus aspectos sociais e psicológicos das vítimas. Constatou-se também a ausência de discussão sobre o perfil social e étnico das vítimas desse caso que envolveu tantas mulheres e lacunas. As informações publicadas pela imprensa, por exemplo, focaram nos casos judiciais. No entanto, diversas mulheres que tinham certeza terem sido vítimas da falsificação da pílula, não possuíam provas suficientes para entrar com o processo judicial. Apesar das lacunas mencionadas, algumas matérias trouxeram algumas hipóteses sobre a falsificação, como a participação de funcionários da empresa na venda ilegal do medicamento falsificado.

De modo geral, diante do que foi exposto acima, acredita-se que a realização da presente pesquisa justifica-se mais pelo fato de que, apesar de todo um conjunto de prováveis causas e conseqüências do fato ocorrido, os diferentes impactos desse caso ainda não são profundamente estudados. Apesar da divulgação do caso na imprensa, não há matérias mais densas sobre o assunto.

Partimos do pressuposto de que, pelo fato desse medicamento ser de custo mais baixo em comparação com as demais pílulas anticoncepcionais, a maioria das pessoas vítimas do caso são de uma classe social menos privilegiada da sociedade brasileira. Considerando que parte considerável da população negra se encontra nos limites desta camada social, parti do princípio de que muitas mulheres negras foram vítimas do "caso Microvlar", como minha mãe. A vulnerabilidade social de parte considerável das vítimas provavelmente dificultou o movimento das ações judicial contra a empresa farmacêutica Schering Brasil Química.

Por tudo isso, acredita-se que o presente trabalho é de grande valor acadêmico, principalmente nas ciências humanas, por se tratar justamente de um assunto ainda pouco discutido na academia. A sua materialização poderá somar à escassa bibliografia sobre este tema, servindo assim de referência para todos os

possíveis interessados na temática. Entre muitas coisas, espera-se que este trabalho possa contribuir fortemente para a sociedade brasileira, especialmente, para aquelas pessoas que de uma forma ou de outra foram vítimas desse acontecimento, podendo assim trazer para o campo da discussão científica as opiniões e os sentimentos dessas pessoas que por vários motivos não tiveram chances de expressar tais sentimentos ou de gozar de seus direitos.

Embora haja pouca discussão acadêmica sobre o presente tema, como já ressaltado anteriormente, acredita-se que com uma análise dinâmica da bibliografia, das publicações da imprensa e da documentação judicial disponíveis, somados ao conteúdo das entrevistas que pretendo realizar, terei elementos suficientes para o desenvolvimento do projeto. O presente projeto, quando executado, ampliará a nossa percepção acerca da temática em causa, além de evidenciar a perspectiva das mulheres afetadas pela falsificação da pílula.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Compreender e analisar os impactos sociais, no âmbito familiar, provocados pelo “caso Microvlar”.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever o perfil social das vítimas do referido caso e avaliar as disputas judiciais por elas enfrentadas;
- Identificar as medidas tomadas pelo Estado perante a situação em causa;
- Refletir sobre os variados desdobramentos resultantes desta situação complexa sob a perspectiva das vítimas.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

Busca-se neste trabalho percorrer aos conceitos e aos questionamentos já levantados por alguns autores - podendo ser ampliados - que já se debruçaram neste tema ou temas próximos, na perspectiva de fundamentar teoricamente esta proposta.

5.1 FALSIFICAÇÃO DE MEDICAMENTOS

Os progressos do ramo farmacêutico remontam às décadas de 1930 e 1940 com o aparecimento dos primeiros anti-infecciosos, possibilitando com que a terapêutica farmacológica influencie fortemente a redução de morbidade e mortalidade ao longo do século XX. Com isso, os medicamentos passaram a ser elementos técnicos complexos e simbólicos na sociedade, e não só instrumentos de intervenção terapêutica (AMORIM; KLIER; ANGELIS, 2003).

No entanto, a sua falsificação transformou-se num novo e sério risco para a saúde pública. Por ser uma atividade ilegal muito lucrativa, a falsificação de medicamentos se faz muito presente na indústria farmacêutica de vários países. Além dos efeitos na saúde da população, a falsificação pode também abalar a confiança dos consumidores nos sistemas de saúde (NOGUEIRA; NETO, 2011).

Segundo explica Costa (2016),

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define medicamentos falsificados como medicamentos que são deliberados e fraudulentamente mal rotulados com relação à identidade e/ou fonte. Podem incluir produtos com ingredientes corretos, ingredientes errados, sem ingredientes ativos, com ingrediente ativo insuficiente ou em grande quantidade, ou com embalagem falsa. A falsificação pode se aplicar tanto a produtos de marca quanto a genéricos (OMS apud COSTA, 2016).

A falsificação de medicamentos é um problema mundial de saúde pública, tanto nos países subdesenvolvidos quanto em países desenvolvidos com rigorosas leis, como nos Estados Unidos da América (EUA) e, em alguns países membros da União Europeia (UE), onde a porcentagem é menor que 1%. Existe a

comercialização de medicamentos falsificados, seja pela internet ou provenientes de países com pouca fiscalização por meio das fronteiras (COSTA 2016).

No Brasil, esta realidade não poderia ser diferente. Devido a vários casos de falsificação de medicamentos na década de 90, a prática foi anexada ao grupo de crimes hediondos (GONÇALVES; GONZALES). O trecho a seguir mostra que,

A lei nº 9677/98 inclui adulteração, corrupção e a falsificação de produtos destinados a fins terapêuticos ou medicinais no código penal, capítulo que dispõe dos crimes contra saúde pública. E a Lei nº 9695/98 inclui a redação dada pela Lei nº 9677/98 na Lei de crimes hediondos. Tais iniciativas pelas autoridades fazem com que haja mecanismos legais para punir responsáveis por estes crimes e coibir outras transgressões desta natureza (COSTA, 2016).

5.2 O CONTROLE DE QUALIDADE DE MEDICAMENTOS E PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR

A Indústria Farmacêutica é um segmento vital do sistema de cuidados da saúde, pois ela conduz a pesquisa, fabrica e comercializa os medicamentos. Na tentativa de garantir o cumprimento das legislações vigentes e de suas políticas e procedimentos internos, objetivando a produção farmacêutica de qualidade, sempre há uma necessidade de organização adequada, na base de responsabilidades bem definidas, para enfrentar os novos desafios do Controle de Qualidade (CQ) (GENNARO, 2004 apud AMORIM; ANGELIS; KLIER, 2011).

O CQ é parte das Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos (BPFM), regulamentada pela ANVISA através da Resolução RDC de 16 de abril de 2010, que estabelece requisitos mínimos a serem seguidos na fabricação de medicamentos para padronizar a verificação do cumprimento das BPFM durante as inspeções sanitárias. Por via de regra passam pela amostragem, especificações, ensaios, procedimentos de organização, documentação e liberação. Esse procedimento garantiria as precauções necessárias para que os materiais não fossem liberados para uso, nem os produtos liberados para venda ou fornecimento antes da comprovação de sua qualidade (Brasil, 2010).

Por isso, a identificação das classes de medicamentos falsos no país e os principais estados brasileiros com essa problemática são mecanismos para a

facilitação das ações futuras de prevenção e repressão pelos órgãos brasileiros responsáveis (AMORIM; ANGELIS; KLIER, 2011). Perante isso, percebe-se a fragilidade que ronda o processo de produção, fiscalização e consumo de medicamentos, onde o consumidor se encontra em um contexto de extrema insegurança. E, com isso, pretende-se discutir as falhas, o desrespeito aos princípios básicos do direito e os possíveis impactos psicofísicos.

5.3 ANTICONCEPÇÃO COMO FORMA DE AUTONOMIA REPRODUTIVA

Segundo Konder & Konder 2006), “o desenvolvimento da tecnologia biomédica, aliado à expansão, na esfera jurídica, dos espaços de autonomia existencial, propiciaram o reconhecimento do merecimento de tutela de uma verdadeira autonomia reprodutiva”. Ainda de acordo com esses autores, um dos fundamentos da autonomia reprodutiva é o direito ao corpo, e que várias violações dessa autonomia se dão por lesão corporal no seu sentido mais literal, por meio de procedimentos médicos que atingem a integridade psicológica e física da pessoa, tirando-lhe a liberdade de escolher entre ter ou não filhos.

Diante dessa necessidade, que pode ser entendida como busca por uma maior liberdade sexual das mulheres, que lutam incessantemente por uma autonomia corporal e livres da preocupação com uma gravidez indesejada, surgiu pela primeira vez na década de 60 as pílulas anticoncepcionais (BAGETTI; LAFRAIA; TEIXEIRA, 2015). Essas pílulas anticoncepcionais, também chamadas anticoncepcionais hormonais orais, são esteroides utilizados separadamente ou em combinação com o propósito principal de evitar a concepção, ou seja, garantir esses direitos básicos das mulheres (BRASIL, s.d).

Isso porque os direitos sexuais e os direitos reprodutivos, são conceitos desenvolvidos recentemente e representam uma conquista histórica, fruto da luta pela cidadania e pelos Direitos Humanos e, já são reconhecidos em leis nacionais e documentos internacionais.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo proposto terá sustentação teórica na diversidade e na riqueza do campo teórico das Ciências Sociais, mantendo paralelamente caminhos estreitos e lugares de articulação com outras disciplinas, abarcando outras abordagens sobre a temática em causa.

Para que os objetivos preconizados se transformem em realidade, o presente projeto de pesquisa dar-se-á inicialmente em três (3) momentos e adotará a seguinte configuração metodológica: em princípio, seguir-se-á com uma pesquisa exploratória de cunho bibliográfico, com o interesse de estabelecer o primeiro contato com objeto pesquisado (GIL, 2010).

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com objeto pesquisado, assim como oferecer ao pesquisador o melhor caminho para a formulação de hipóteses, delimitação do tema tratado e direcionamento do conteúdo que será abordado durante toda a pesquisa. Portanto, vão prosseguir-se durante a pesquisa, a leitura e a análise dos artigos, dissertações, teses, jornais e revistas que apresentem informações referentes ou relacionadas ao tema, para que se possa percorrer as diversas possibilidades acerca do assunto, a fim de nos auxiliar no desenvolvimento deste trabalho, podendo aprofundar a nossa compreensão acerca do problema inicialmente levantado.

À medida que vão sendo feitas a leitura e a análise desses materiais, serão também feitos os fichamentos ou a “documentação”, como denomina o Severino (2007). Para este autor, a documentação é o processo de anotação de todos os elementos importantes que vão surgindo durante a leitura e que poderão ser utilizados na elaboração do trabalho final. Esses elementos, retirados de várias fontes, visam reforçar, apoiar e justificar as ideias pessoais inicialmente formuladas pelo autor, dando assim a garantia de maior objetividade fundamentada no testemunho e na verificação de outros pensadores (SEVERINO, 2007). Becker (1993, p.134) já afirmava que,

[...]É preciso ler o que os outros escreveram antes de nós e, de certa forma, subir sobre seus ombros para ver mais além. Essa perspectiva tem âncora sobre a ideia que o progresso de um serve de ponto de partida para o outro, simultaneamente um pesquisador não deve permanecer muito dependente da literatura dos outros pesquisadores, pois, pode chegar aos mesmos impasses e limitações empíricas e conceituais. (BECKER, 1993, p.134).

No segundo momento deste trabalho, realizar-se-á uma pesquisa - sempre acompanhada de documentação - a partir dos documentos tais como processos referentes ao “Caso Microvlar”, depoimentos dos envolvidos, a legislação relacionada ao assunto, dentre outros disponíveis e, caso necessário, também realizar-se-ão algumas entrevistas semiestruturadas com algumas pessoas envolvidas no caso, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc. Trata-se, pois, de uma pesquisa exploratória de cunho bibliográfico e documental com interesse de apreender o conhecimento teórico sobre a problemática desta proposta de estudo e, como já salientado, recolher elementos que serão utilizados na elaboração do trabalho final.

No terceiro momento, a pesquisa seguirá o rumo de uma pesquisa explicativa, com a finalidade de identificar as verdadeiras causas e analisar os impactos sociais desinentes do caso da “Pílula de Farinha” ocorrido no ano 1998. Para Gerhardt e Silveira (2009) a pesquisa explicativa preocupa-se em identificar os fatores determinantes ou influenciadores de determinados fenômenos, ou seja, este tipo de pesquisa explica o porquê das coisas através dos resultados oferecidos. Também na sua obra aqui citada, Severino enfatiza que a pesquisa explicativa “é aquela que, além de registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas, seja através da aplicação do método experimental/matemático, seja através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos.”

Em conformidade com isso, apropriar-se-á de uma abordagem qualitativa fundamentada numa vasta gama de elementos coletados durante toda a pesquisa, com o propósito construir um conhecimento adequado, teórico e conceitual sobre o objeto de pesquisa. Com isso, será possível interpretar os impactos de uma gravidez não planejada e várias outras situações causadas por uma suposta falha na composição de um medicamento contraceptivo e, talvez, a verdadeira causa. Será de extrema importância destacar a vasta possibilidade de rumos que o presente trabalho poderá seguir, ao analisar as ambíguas tradições pelo que o mesmo

perpassa, levando em consideração o fator socioeconômico das pessoas atingidas, e não só, como também o impacto psicológico nas mesmas, a fim de apresentar uma posição mais consistente sobre a situação.

Será empregado também no processo de desenvolvimento deste trabalho, o método da pesquisa narrativa. O mesmo se mostrará como método fundamental, com a finalidade de trazer ao trabalho a perspectiva mais que necessária para objeto desta pesquisa. A partir da pesquisa narrativa serão elaboradas e segmentadas questões que irão constar entre as principais fontes de conteúdo para este trabalho. Segundo Oliveira e Paiva (2008) a pesquisa narrativa é “uma forma de entender a experiência” em um processo de colaboração entre pesquisador e pesquisado.

Assim, os caminhos que pretendemos percorrer na realização desta investigação estarão abertos, todavia, influenciados pelos métodos das Ciências Sociais em geral, e da pesquisa social em específico.

7 CRONOGRAMA

ANOS / ETAPAS	2018/2019		2019/2020		2020/2021	
	1º Semestre	2º Semestr e	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestr e	2º Semestr e
Levantamento bibliográfico e documentação	X	X				
Revisão do projeto		X				
Apresentação do projeto revisado		X				
Organização da estrutura da monografia			X			
Preparo do roteiro e coleta de dados			X	X		
Análise dos dados coletados				X		
Redação do trabalho final				X	X	
Revisão do trabalho final					X	
Defesa da monografia						X

REFERÊNCIAS

- AMES, Joseane; SOUZA, Daniele Zago. **Falsificação de medicamentos no Brasil.** *Rev Saúde Pública*, Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 1, n. 46, p.154-159, 23 ago. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/rsp/2012.v46n1/154-159#top>>. Acesso em: 09 maio 2018.
- AMORIM, Suellen Rezende; KLIER, Anderson Hollerbach; ANGELIS, Lúcia Helena de. **Controle de qualidade na indústria farmacêutica:: identificação de substâncias por espectroscopia no infravermelho.** *Research*, Belo Horizonte - Mg - Brasil, v. 0, n. 94, p.232-242, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.rbfarma.org.br/files/rbf-v94n3-06.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2018.
- Arquivo G1. **Caso da pílula de farinha.** G1.com., 22 de Junho de 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL56741-5598,00.html>>. Acesso em: 20 de Julho de 2018.
- BAGETTI, Milena; LAFRAIA, Rafaella; TEIXEIRA, Pammella. **Pílula Anticoncepcional: do avanço da liberdade sexual ao descaso à saúde da mulher.** 2015. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Pilula-Anticoncepcional-do-avanco-da-liberdade-sexual-ao-descaso-a-saude-da-mulher>>. Acesso em: 16 out. 2018.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica.** 2. ed. São Paulo, SP: Makron Books, 2000.
- BECKER, S. Howard. **Método de Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Edora Hucitec, 1993, p. 134.
- BRASÍLIA – DF. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **SAÚDE SEXUAL E SAÚDE REPRODUTIVA.** 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2018.
- BRASIL, Ministério da Saúde: **Assistência de planejamento familiar, anticoncepção hormonal oral.** Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0102assistencia2.pdf>. Acesso em: sem data.
- BRASIL BA. PROCON. **Procon.** Disponível em: <<https://procon.to.gov.br/institucional/historia/>>. Acesso em: 10 out. 2018.
- BRASIL, Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC N0 17 de 16 de abril de 2010: **Dispõe sobre as Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.** Disponível em: ftp://ftp.saude.sp.gov.br/ftpsessp/bibliote/informe_eletronico/2010/iels.abr.10/lels73/U_RS-MS-ANVISA-RDC17_160410.pdf Acesso em: 19 mar 2011.
- BRASIL. SOCIEDADE BRASILEIRA DE FARMÁCIA COMUNITÁRIA. **História da Farmácia.** Disponível em: <<http://www.sbfsc.org.br/site/paginas.php?id=2>>. Acesso em: 25 ago. 2018.
- CASTRO, Rosana. **Antropologia dos medicamentos: ma revisão teórico-metodológica.** In: IX REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 2011, Curitiba. **Antropologia dos medicamentos: uma revisão**

teóricometodológica. Curitiba Pr: Ppgas, 2012. v. 4, p. 146 - 175. Disponível em: <http://www.rau.ufscar.br/wpcontent/uploads/2015/05/vol4no1_09.ROSANACAS TRO.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.

COSTA, Carla Ronanda Amaral. **FALSIFICAÇÃO DE MEDICAMENTOS:: UM BREVE PANORAMA E ESTUDO DE CASO.** 2016. 39- ,I Curso de Extensão Eii Curso de Extensão em Direito Sanitárioom Direito Sanitário, Instituto Nacional de Controle de Qualidade em SaÚde Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016. Cap. 6. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/14850/2/TCC_Carla-Costa.pdf>. Acesso em: 01 março. 16.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Nasce o 1º bebê da pílula de farinha em SP.** Folha de S.Paulo, 13 de Outubro de 1998. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff13109814.htm>>. Acesso em: 24 de Maio de 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel & SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, António Carlos. Como elaborar projeto de pesquisa. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIMARÃES, Luciana Aparecida. **Medicamento falsificado e o crime hediondo.** 2013. 10 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Guarulhos, Guarulhos, 2013. Disponível em: <<http://revistas.unq.br/index.php/cienciasjuridicasesociais/article/view/1869/1469>>. Acesso em: 16 set. 2018.

GODOY, Marcia Regina. **A Indústria Farmacêutica Brasileira na Década de 90.** 2002. 95 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2002. Cap. 05. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/320596934_A_Industria_Farmaceutica_Brasileira_na_Decada_de_90>. Acesso em: 23 jun. 2018.

GONÇALVES, Kálita Rita; GONZALES, Raíssa Guimarães². **Falsificação, corrupção, alteração de produtos terapêuticos ou medicinais, crimes hediondos e princípios do direito penal.** Disponível em: <WWW.CONTEUDOJURIDICO.COM.BR>Acesso em: 23 de Agosto de 2017.

KONDER, Carlos Nelson; KONDER, Cíntia Muniz de Souza. **AUTONOMIA REPRODUTIVA E NOVAS TECNOLOGIAS NO ORDENAMENTO BRASILEIRO: VIOLAÇÕES E AMEAÇAS AO DIREITO A GERAR E A NÃO GERAR FILHOS - DOI.** Revista da Faculdade de Direito da Ufmg, [s.l.], v. 1, n. 69, p.113-131, 23 jun. 2017. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-FD-UFMG_69.04.pdf>. Acesso em: 13 maio 2018.

LEITE, Silvana Nair; VIEIRA, Mônica; VEBER, Ana Paula. **Estudos de utilização de medicamentos: uma síntese de artigos publicados no Brasil e América Latina.** Ciência & Saúde Coletiva, Santa Catarina, v. 1, n. 1, p.799-802, 04 jun. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2008.v13suppl0/793-802>>. Acesso em: 09 out. 2018.

MENEZES DE OLIVEIRA E PAIVA, Vera Lúcia. **A pesquisa narrativa: uma**

introdução. In: Revista Brasileira de Linguística Aplicada, vol. 8, núm. 2, julho-dezembro, 2008.

MESSA, Fábio; CABALLERO, Nicolas; SCARDUELLI Paulo. **Estudo de caso: Microvlar, o anticoncepcional de farinha da Schering, 2003.** Disponível em: <http://meusite.mackenzie.com.br/mvllatas/MCO/EC%20-%20MICROVLAR.pdf> . Acesso em: 12 junho de 2018.

NOGUEIR, Ellen; NETO, Vecina Gonzalo. **FALSIFICAÇÃO DE MEDICAMENTOS E A LEI N. 11.903/09:** F. Revista de Direito Sanitário, São, São Paulo, v. 12, n. 2, p.112-139, out. 2011. Disponível em: <[file:///C:/Users/EMO/Downloads/13252-Texto%20do%20artigo-16212-1-10-20120517%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/EMO/Downloads/13252-Texto%20do%20artigo-16212-1-10-20120517%20(1).pdf)>. Acesso em: 13 set. 2018.

REVISTA VEJA. **Os filhos da farinha. Anticoncepcional fajuto expõe o problema da falsificação de remédios no Brasil.** Veja, São Paulo, p. 116 e 117. 1 de Julho de 1998. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/183656/000540033.pdf?sequence=1>> . Acesso em: 24 de Maio de 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23 ed, rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.